



Biblioteca Municipal Félix Araújo.

Félix Araújo: O cronista, o poeta e o político

JOSÉ MÁRIO DA SILVA

Se “esquecer é uma necessidade”, como acentua o narrador machadiano posto em circulação na complexa trama ficcional presente no conto *Verba Testamentária*, lembrar pode ser uma exigência do afeto, uma cobrança da ternura e, mais que isso, um categórico imperativo da consciência ditado por inarredáveis responsabilidades históricas.

Penso e estou bem persuadido de que foi em obediência a essas fundantes categorias da condição humana, a singularidade do afeto e a dimensão ética da realidade histórica, que o Governo do Estado da Paraíba, o Iphaep e a Prefeitura Municipal de Campina Grande, na quadra de 2003, deram-se as mãos para rememorar o cinqüentenário da morte de Félix de Sousa Araújo e, dessa forma, revisitar o diversificado e imorredouro legado cultural por ele construído e materializado nas mais diversas áreas de modalidade de manifestação do agir concreto do homem sobre a história.

Poeta, político, orador, jornalista, cronista literário, humanista, na acepção semântica mais rigorosa que recobre essa palavra; eis,

Ensaísta.
Professor de
Teoria da
Literatura, na
Universidade
Federal de
Campina
Grande – PB

com a precária força do didatismo das sínteses, os territórios em que Félix Araújo atuou, sempre com o inequívoco brilho da sua privilegiada inteligência e com a irresistível paixão do seu acendrado idealismo.

Uma obra, assim, polissêmica e caleidoscópica, exige, para a construção de uma hermenêutica que se pretenda razoavelmente convincente, um olhar descentrado e amplo, que seja capaz de flagrar, na diversidade exterior, a unidade interna de um pensamento ético-estético visceralmente atravessado por um ideário de libertação e solidariedade social.

Em Félix Araújo, salvo melhor juízo, o poético e o político; o estético e o ideológico, longe de se constituírem em ilhas de incomunicabilidade, são faces indissociáveis de uma mesma experiência a imantar o homem público e o artesão da palavra poética: a teimosa utopia de implantar, já aqui e agora, não o paraíso de uma alada transcendência, mas o reino da tolerância, do respeito mútuo, da igualdade social, senha única para o sempre perseguido e adiado projeto de plenificação humana.

Recordar Félix Araújo é protagonizar o reencontro de Campina Grande com a odisséia das suas melhores origens. Mas, desde já, advirta-se, em nome do rigor conceitual, que o incursionamento memorialístico que aqui se postula nada tem de nostalgia sentimentalista; menos ainda se nutre do lirismo paralisante de certo saudosismo romântico. Nem uma coisa, nem outra.

Aqui, mais que intimismo lírico, a memória é gesto épico que unifica o tempo, desclivando-o, ao torná-lo espontâneo em seu fluir inflexível. O passado ilumina o presente, ao mesmo tempo em que projeta o futuro. A obra de Félix Araújo, já o dissemos, incorporou-se em um variegado repertório genológico. Por onde, então, empreender os primeiros passos hermenêuticos?

Embora não seja a nossa área de atuação específica, não resistimos em emitir alguns conceitos acerca da ação política que imantou o ser/fazer cotidiano de Félix Araújo. Compulsando páginas da historiografia política local, adstrita aos limites de Campina Grande e, por extensão, de toda a Paraíba, deparamo-nos com um Félix Araújo caracterizado por rígidas e inegociáveis convicções ideológicas, postura em tudo contrastante com a que medra em nossos

dias, que, como diria o irreverente Gregório de Matos, “Tem qualquer dos bens por natureza / a firmeza somente na inconstância”.

Dessa integridade ideológica emergia, sem rasuras, uma credibilidade popular que somente lograva crescer na admiração pública, e que só não conferiu maiores vôos ao ilustre filho de Cabaceiras, tradicional cidade do cariri paraibano, porque a injustiça de uns e a deslealdade de muitos insistiram em coartar-lhes os passos, impedindo que a sua travessia de homem público lograsse atingir vôos mais arrebatadores.

A origem do seu ideário político matizado por intensa coloração socialista, haurida na pedagogia marxista-leninista em que ele se forjou na juvenília, se constituiu em fonte permanente de desassossego e odientas perseguições. A etiqueta de comunista se lhe incrustou na pele como uma mácula irremovível; e, mesmo tendo inúmeras vezes afirmado não mais professar o credo vermelho da ortodoxia soviética, o olhar de certos segmentos da comunidade paraibana da época nunca mais deixou de se projetar sobre ele sem o tom sombreado e negativo da mais ostensivamente visível suspeição. É que, eclipsando o itinerário produtivo do livre pensar, as poéticas menores dos estereótipos penalizam as identidades e as fazem submergir no pântano tenebroso das exclusões tácitas.

Ressalte-se, entretanto, que a deserção pública de Félix Araújo das fileiras cerradas da doutrina comunista não significou um abandono das suas convicções socialistas. Socialista, ele permaneceu até o fim da sua existência. O que não se compatibilizava com o seu espírito incendiado pelas inapagáveis chamas da liberdade era o cadinho estreito dos dogmas e a férrea intolerância dos patrulhamentos ostensivos. Espírito aberto e densamente visionário, Félix Araújo logo se deu conta de que o real é bem mais complexo que as clausuras discursivas em que os homens insistem em trancafiá-lo, mesmo quando presumem ter encontrado a chave para a sua decifração; aquela chave hermenêutica a que aludiu Carlos Drummond de Andrade no emblemático e metalingüístico poema *Procura da Poesia*, peça nuclear do livro *A Rosa do Povo* que somente o gênio poético do mestre itabirano seria capaz de construir.

Certa vez o romancista baiano Jorge Amado, que também viveu momentos de entusiasmada adesão ao credo comunista, no momento em que as polaridades ideológicas vicejavam mais intensamente no âmbito da sociedade brasileira, confessou que a ideologia era um sapato apertado a incomodar, demasiadamente, a trajetória humana. Convidado pelo crítico literário marxista Astrojildo Pereira para ingressar no partido comunista, o grande escritor brasileiro Lima Barreto replicou: “Não tenho ideologia, mas quero continuar tendo implicância”. Félix Araújo tinha ideologia, mas jamais permitiu que ela se transformasse numa camisa-de-força capaz de imobilizar-lhe o pensamento, o gesto e a ação. Daí a sua decepção e posterior rompimento com o Partido Comunista. O unidimensionalismo conceitual, qualquer que fosse o campo da sua manifestação, se afigurava a Félix Araújo uma modalidade muito perigosa de aproximação do fanatismo, triste tendência do espírito humano a forjar, com a argamassa da sua própria cegueira, toda sorte de totalitarismos.

À inteireza do caráter Félix Araújo acumpliciava a força arrebatadora de uma retórica que tinha na praça pública o seu palco privilegiado de manifestação, embalada pelos rasgos epifânicos da improvisação súbita e, sobretudo, inspirada pela presença constante do seu mais que privilegiado interlocutor: o povo, com a sua sabedoria forjada em vasta e quase interminável travessia de sofrimentos; e com a força transmanente de uma esperançosa utopia que, a despeito de tudo e de todos, teima em se constituir em sua bandeira e destino.

Reunindo em si todas as formas sociais do dizer, consoante o pensamento enciclopédico do pensador francês Roland Barthes, a arte retórica, a despeito da condenação a ela imposta pelo hegemônico discurso coloquializador das falas rasteiras de certo modernismo iconoclasta, ainda seduz pela tonalidade solene exibida, pela correção vernacular ostentada, pela exatidão da palavra convocada para o processo de transfiguração do pensamento, pelo prometício fogo da poesia, pela cartografia de imagens que, quando bem mobilizadas, fazem o discurso confluir do território normativo da persuasão clássica, ávida pela adesão do outro ao argumento do eu, para a flutuação semântica inerente à ambigüidade e transgressão próprias da fenomenologia poética.

Depois de afirmar que as artes da palavra sedimentam-se pela eloqüência e pela poesia, o filósofo Kant afirmou que:

“A eloqüência é a arte de tratar de um propósito do intelecto como se fosse um livre jogo da imaginação; a poesia é a arte de dar a um livre jogo da imaginação o caráter de um propósito do intelecto.”

Em Félix Araújo, a candência retórica e o obsessivo gosto pelo emprego da palavra exata sempre se impuseram como marcas seminais do seu pensamento, quer o que se consubstanciava em sua práxis política, quer o que se cristalizava em sua tessitura poética. Na emblemática peça retórica *Acuso*, na qual Félix Araújo consuma o seu rompimento político com José Américo de Almeida, governador a quem ajudara a se eleger na memorável e feroz campanha de 1950 travada nas geografias paraibanas, a sutileza e a competência lingüística do orador se ajustam à maravilha. Primeiro, sumaria alguns dos principais capítulos da sua ação na cena política paraibana e, ato contínuo, defende-se das catilnárias que lhe foram desferidas pelo jornal *A União*, que mais uma vez fazia recrudescer sobre ele a acusação de comunista.

Depois, de forma contundente e sem nenhuma concessão diplomática, acusa o eminente governador José Américo de Almeida de ter se afastado dos ideais libertários que deram substrato e identidade à sua vitoriosa campanha de 1950. Em sua fecunda trajetória de consumado líder político, a oratória se lhe afigurou, diria Machado de Assis, uma espécie de segunda alma, capaz de, pela superior artesanaria da palavra, eletrizar a multidão, tornando-a cativa à força irresistível do seu comando.

Diferentemente da palavra escrita, cujo processo de editoração supõe a disciplina de um planejamento pacientemente calculado, a genuína oratória brota do calor da hora, da intuição que se alimenta do repasto do instantâneo, do imprevisto que se nutre de exigente criatividade, da inspiração e energia proveniente de superior inteligência.

Félix Araújo foi portador dessa inafastável vocação para transformar o processo de mobilização das palavras em fonte perene de beleza e encantamento. Mas que bem claro fique: em Félix Araújo o sortilégio verbal não era um fim em si mesmo, clausura inexpugnável de um formalismo meramente anestesiador da sensibilidade. À beleza que envolvia a sua arte tribunícia acumpliciava-se o sólido conteúdo de um evangelho social que tinha na politização das massas, e no seu acordar para o exercício pleno da cidadania, seu desiderato mais inflexível.

Aliás, no livro universal dos eminentes cultores da arte da oratória, a notável e heróica Paraíba sempre comparece com brilhantes capítulos, produzidos por tribunos tais como Osmar de Aquino, Alcides Carneiro, Argemiro de Figueiredo, José Américo de Almeida, Ronaldo Cunha Lima, Vital do Rêgo, Raimundo Asfora, Félix Araújo Filho, dentre outros que integram um vasto código onomástico, cuja enumeração integral se afiguraria um exercício didático inescindivelmente ocioso. Em meio a todos esses gigantes da palavra fácil e arrebatadora, Félix Araújo despontou como um dos mais qualificados, sumamente capaz de fazer do seu verbo um instrumento efetivo de comunicação com a sociedade.

Do código retórico-político transitamos para o imaginário estético-literário do criador de *Tamar*, *Dor*, *Folhas Soltas*, *Fraternidade* e significativo cronicário. Em que pese o papel meio periférico ocupado pela crônica na república quase sempre sisuda e hierarquizadora de certa Teoria da Literatura indisfarçavelmente armada com os vícios injustificáveis da exclusão, que insiste em relegá-la ao território do gênero menor, quando não é sumariamente expulsa de qualquer participação no reino transgressor e criativo da literariedade, é por ela que iniciaremos nossas reflexões acerca da produção literária de Félix Araújo.

Espécie híbrida da fenomenologia literária, e que se tem aclimatado magistralmente ao universo cultural brasileiro, a crônica resiste aos enquadramentos conceituais bem demarcados e potencializa-se por um permanente e assumido processo de desclassificação. Deslizante e movediça, a linguagem em que ela se estrutura ancora em diversas possibilidades de referência genealógica. Quando assina um pacto de cumplicidade com um projeto mais efetivo de

transfiguração e recriação do real, a crônica acerca-se do conto e tingem-se de matizes ficcionais propriamente ditos. É quando autor e narrador fundem-se, e pessoa e personagem confundem-se, num universo textual em que a documentalidade fotográfica se atenua, cedendo lugar à fantasia imaginativa, e os complexos processos da criação literária deixam de ser adesão passiva ao real imediatamente observável e passa a ser objeto da autonomização inerente aos discursos que se pretendem efetivamente portadores do estatuto estético.

Mas a crônica viaja e percorre outros e inesperados caminhos. De repente, as transfigurações do real se agudizam, e as relações entre signo e referente se densificam, instaurando a opacidade poética em sua manifestação mais nítida. No lugar do factualismo jornalístico, esmiuçador do cotidiano mais ostensivamente verificável, surgem as múltiplas e insubordinadas modalidades manifestativas de figuração do real. Eis-nos, pois, no território do poema em prosa e de outras formas de organização da linguagem que, repelindo enquadramentos cômodos, deslizam sobre o real e o subvertem, com a força transmanente e fundadora da verdade em estado de estesia. Há, ainda, no estuário hibridamente transgressor da crônica, a tonalidade da denúncia política e a perspectiva engajada da crítica social mais transparente.

Nesse particular recordo-me vivamente, só para nos ampararmos em dois luminosos exemplos, de Stanislaw Ponte Preta e Carlos Heitor Cony. De um lado, o *Febeapá* expondo ao ridículo as chagas de uma ordem pública carcomida e insustentável; de outro, *O Ato e o Fato*, de Carlos Heitor Cony, sem concessão ao tom moderado do discurso politicamente correto, enfrentando, desassombadamente, o poder da força e a violência do arbítrio inerentes ao despotismo da ditadura militar de 1964.

Por último, mesmo distanciando-se da ortodoxia argumentativa e do pendor doutrinário de matiz sectarista, o que seria uma decisão suicida no dizer sempre lúcido do professor Eduardo Portella, a crônica, sem abdicar da congênita leveza que a imanentiza, pode aproximar-se do espírito do ensaio, aventura livre da sensibilidade e inteligência humana sobre o multifário espetáculo do real, que o diga *O Anjo Bêbado*, de Paulo Mendes Campos, obra-prima do cronicário nacional.

Rastreadas sumariamente as várias possibilidades semânticas de constituição lingüística dessa espécie híbrida da literatura taxionomizada de crônica, uma pergunta inapelavelmente se impõe: em que clave ancorar o cronicário praticado por Félix Araújo?

Indiferentes ao rigorismo das classificações unidimensionais, por isso mesmo empobrecedoras e inegavelmente reducionistas, preferimos abordar a crônica de Félix Araújo em sua vasta latitude de possibilidades e significações humanas. Em *Maria Preta, Maria Pura*, o código afetivo e uma pungente reflexão acerca da inocência perdida com a infância que ficou para trás impregnam o texto de um visível sabor elegíaco, num incursionamento lírico, diria o teórico alemão Emil Staiger, feito da mais acendrada tonalidade recordativa, uma tentativa de trazer de volta ao coração o irremediavelmente perdido.

Em *A Cajazeira de Minha Terra*, transcendendo o que poderia parecer uma espécie de apologia ecológica antecipadora de caminhos mais humanizadores para as sempre traumáticas relações instauradas entre o homem e a natureza, o cronista, mais uma vez com o recorte afetivo portador de acendrada paixão lírica, elabora uma concepção de cidade, em cujo estuário dialético a urgência do progresso no presente não se erga sobre os escombros do passado esmagado. Da dinâmica entretectual dessa percepção cidadina visceralmente resistente, parece emergir uma cristalina pedagogia segundo a qual a vida do futuro não precisa ser adubada com as sementes da morte da memória. Ouçamos a inconformada voz do cronista:

“Com essa velha árvore que tomba, é o passado de Cabaceiras que está desaparecendo. São os fantasmas queridos, as sombras familiares de outros tempos que, a um golpe desapiedado dos homens, caem no esquecimento.”

Ante a iminência do progresso, não raro exercitado predatoriamente e com olhos postos tão-somente numa cosmovisão pragmática, ao cronista resta, apenas, proclamar a sua voz, misto de denúncia contra o que é e senha de desejo inscrita no horizonte do vir-a-ser. É como se, à semelhança do Carlos Drummond de Andrade do belo poema *Romaria*, o cronista insistisse em “so-

nhar com outra humanidade”. No limite, aqui, além de exibir uma humanista concepção de cidade, o cronista investe, afetivamente, numa experiência singular do tempo, de modo a articular, harmoniosa e equilibradamente, o futuro e a memória. Aqui, a crônica, mais uma vez lembrando o pensamento acertado de Eduardo Portella, “se inscreve não no desejo da ordem, mas na ordem do desejo”.

Cedamos a palavra ao professor e jornalista Aduino Novaes.

“Por que memória e futuro? Nossa história foi construída no esquecimento daquilo que Paul Valéry chamou de as duas maiores invenções da humanidade, o passado e o futuro. Sem passado e sem futuro, esta história oficial esvazia não apenas nossos pensamentos mas principalmente a própria idéia de História. Narrar a história de um povo a partir apenas do tempo presente, tempo fragmentado, direcionado, é negar a articulação de épocas e situações diferentes, o simultâneo, o tempo da história e o pensamento do tempo. Ora, é essa articulação que permite diferenciar condutas múltiplas no tempo e reconhecer que práticas políticas e culturais, consideradas estranhas e indesejáveis em determinado momento, sejam vistas de maneira diferente em outro. Esquecer o passado é negar toda efetiva experiência de vida; negar o futuro é abolir a possibilidade do novo a cada instante. Mais ainda, as idéias de justiça, liberdade, alteridade, pensamento tornam-se abstrações, vazias no espaço e no tempo, a partir do momento em que qualquer ação já se sabe eternamente feita e absolutamente irreparável.”

Pensando o tempo dialeticamente, no afã de preservar a memória e as experiências humanas significativas, Félix Araújo defendia os fantasmas do passado, para não ter de conviver com os vazios do futuro. Em *Retrato da Vida*, o flagrante tom de meditação filosófico-existencial aproxima a crônica do viés ensaístico. O mistério e a fotografia da vida são colhidos não na aridez especulativa dos compêndios metafísicos, não raro estruturados em rebarbativa e impenetrável linguagem, mas numa espécie de epifania que emerge de um aparentemente prosaico e intranscendente lance do cotidiano, o que faz contracenar a

aurora e o crepúsculo da existência; o desamparo lúdico da infância e a desassistência trágica da velhice, irmanados, ambos, pelo mesmo sentimento de contingencialidade, nossa diária razão do transitório, a parte que nos cabe neste latifúndio imanentizado por irremediáveis contrastes.

Haurida numa espécie de serpentinática tecelagem barroca, *O Retrato da Vida*, emergido da poético-reflexiva percepção de Félix Araújo, intenta apreender o enigma do ser-existir-fazer humano, a partir da cartografia de seminais dilemas: a manhã e o entardecer, o dia e a noite; a infância e a velhice, o nascer e o morrer; a luz e a sombra; tudo bem urdido e correlacionado, compondo a espantosa e insuperável coreografia do destino de cada ser humano.

A vigorosa intuição do cronista compreende que, afinal:

“Tudo se reduz a uma canção de ninar e a uma marcha fúnebre. Aparências diversas para os que não as sentem. Mas tocadas da mesma lentidão, da mesma suavidade, da mesma impressionante fraqueza e do mesmo profundo sentimento. E entre a aurora e o crepúsculo, entre a luz e a sombra para o primeiro impulso da subida e para o primeiro gesto da descida, a nossa eterna fragilidade, a nossa infinita fraqueza, reclamando, pedindo, suplicando mãos fortes que nos amparem na trajetória do mistério, entre a fecunda noite do ventre de nossas mães e a repousante noite dos nossos túmulos.”

Em *Deixemos a Luz em Paz*, o cronista condena as intolerâncias ideológicas, tanto as de esquerda quanto as de direita, e, humanisticamente, reivindica para a terra, e não para a lua ameaçada pelos loucos tecnicismos humanos, o olhar detido dos homens, pois é nela, terra, que, “entre prantos e esperanças, se decidirá o drama do nosso destino”.

Que mais dizer desse cronicário portador de largo alcance estético? Poderíamos ainda discorrer sobre *Noite de S. João* e incursionar pela elegíaca acolhida da perplexidade pelo que passou no plano da cronologia objetiva, mas ficou preservado no indevassável território da memória. Quem sabe poderíamos, uma vez mais, realçar o lema da liberdade política a ser exercida sem as peias

das doutrinações unidimensionais, temário central de *Salvemos a Democracia*. O recorte telúrico, a afetividade do código das relações interpessoais, a ênfase posta na solidariedade também poderiam ser objeto do nosso olhar reflexivo.

Mas, se “viver não é preciso, navegar é preciso”. Naveguemos, pois, nas águas poéticas de Félix Araújo, migrando do cais da crônica para o porto da poesia propriamente dita. Antes de qualquer consideração crítica mais efetiva, citemos, por visivelmente oportunas, as lúcidas reflexões do poeta e ensaísta pernambucano Waldemar Lopes, para quem:

“A poesia não é um mero jogo de elaborações herméticas, dissociado da angústia, da insatisfação, da inquietude do homem em face do terrível mistério de sua condição. Não é e não pode ser uma simples construção lúdica, em que se armam as palavras como pedras coloridas ao sabor das dissociações sensoriais. Suas raízes, seu tônus, sua flama vital têm de emergir de um sentimento condutor, que domine e discipline os instrumentos da criação, transfundindo na obra criada a alma e o sangue da realidade íntima do criador. Fora disso poderia ser o belo, talvez, mas necessariamente seria também o vazio.”

Tal reflexão do eminente escritor pernambucano em tudo se compatibiliza com a criação literária de Félix Araújo, cujos dialético universo estético e projeto ideológico, para nos valermos da expressão utilizada pelo grande crítico João Luiz Lafetá, em estudo consagrado à estética modernista, se harmonizavam integralmente, constituindo os modos de ver e de dizer a realidade, face e contraface de uma mesma energia criadora, à luz da qual a arte, refratária às clausuras formalistas das absentéistas torres de marfim, se consolidava como uma efetiva intervenção na realidade social, objetivando não somente transfigurá-la, mas contribuir para a sua transformação.

Sem descurar de acendrado rigor formal e disciplinamento da linguagem, apanágio indissociável da verdadeira obra de arte literária, a expressão poética de Félix Araújo plasmou-se com a indelével argila da experiência de quem viu

o mundo, sentiu-lhe o ontológico desconcerto e buscou transcendê-lo pelos tranmanentes caminhos da literatura.

Começemos pelo lirismo de *Tamar*, belíssimo poema em prosa, travessia da ternura e território de uma paixão do eu em sua amorosa relação com o outro, na incessante busca de uma utópica e possível comunhão, pesar dos negrumes da noite e da interdição da morte. Desejo e morte parecem se atritar nessa atmosfera lírica em que ao pressentimento da finitude humana parece se contrapor a força desrepressora de uma eroticidade intensamente celebratória da vida.

Medularmente romântico, e atravessado por forte e indisfarçável tonalidade confessional a que não faltam comoventes rasgos de um ingênuo e intensamente apaixonado olhar sobre a vida, o eu-lírico que desliza nas tramas da linguagem posta em cena por Félix Araújo vislumbra em *Tamar* o seu amor, o seu credo e o seu evangelho de todas horas, recoberto por uma aura de terno e comovente mistério. Abrigando nos olhos cismadores a existência de Deus, *Tamar* é ponto de partida e de chegada de um abismal mergulho nas camadas mais indevassáveis da interioridade. Outro aspecto que nucleariza sobremaneira a arquitetura lírica do poema *Tamar* é a mais que ostensiva presença da natureza, aqui encarada como uma verdadeira confidente do poeta. Lírios, pássaros, borboleta, lua, sol, estrelas são sememas isotópicos que, correlacionados, vão compondo uma espécie de coreografia de ternura, a acalantar o poeta, e auxiliá-lo na dura odisséia de enfrentamento da vida e da inevitabilidade da morte.

Mas, mesmo nesse território hegemonicamente idílico, tecido e destecido pelo cadinho mais intimista dos escaninhos da subjetividade, há espaço, mesmo episódica e periféricamente, para o poeta rastrear o mundo que o atraiu com irresistível força, o das desigualdades sociais, permanentemente clivado entre opressores e oprimidos. Eis como se manifesta a nítida consciência social do poeta:

“Trabalho

Minhas mãos cansadas gesticulam e meus músculos se contraem num esforço titânico.

O corpo curvado sobre as máquinas egoístas tem movimento de ritmo desigual e triste.

Há poesia de morte misturando-se ao barulho das volantes apressadas e impiedosas.

Os senhores ricos passam esmagando em palavras rudes os obreiros humildes.

E eu trabalho, e canso, e entristeço, e vacilo...

Mas Tamar vem de leve, envolve-me deliciosamente, beija-me nas faces, enxuga-me o suor da fronte com os seus cabelos de veludo, e me aponta a alvorada da Fraternidade e da Justiça ao sol rubro do Futuro.”

Salvo risco de superinterpretação, advertência que emana dos postulados teórico-críticos do semiólogo Umberto Eco, somos de parecer que, aqui, a experiência amorosa da lírica de Félix Araújo alarga o seu compasso e, para além do alcance mais restrito da individualidade, quer se materializar comunitariamente, instaurando, no mundo dos homens, a fraternidade; promovendo, para o mundo dos homens, a justiça; e construindo, para o mundo dos homens, o único futuro capaz de lhes garantir a concórdia e a paz universal, o que é feito da argamassa do amor e da igualdade social.

Do lirismo intensamente amoroso de que se impregnam as páginas de *Tamar*, passamos ao recorte existencial presente em *Dor*. O próprio título, distanciando-se da condição de um mero capricho retórico, já sinaliza para uma cosmovisão que tem nos desconfortos do espírito humano em face das agruras da existência a sua imagem mais irretocável.

Os problemas econômicos no seio da família, com a conseqüente interrupção dos seus estudos; o distanciamento cada vez mais acentuado da atmosfera lúdica da infância e, fundamentalmente, a morte do seu pai, tudo isso esculpiu no verso de Félix Araújo a marca indelével do desencanto e da angústia em face do sempre atormentador mistério da condição humana.

Aliás, sobre a ontológica condição de finitude que paira, inexoravelmente, sobre todos os seres humanos, assim se expressou Félix Araújo, em elucidativo prefácio que escreveu para o seu livro *Dor*:

“Acontecimento que, aparentemente, em nada altera a ordem do mundo e dos seres, a Morte, para mim, desde a perda infância, constituiu, sempre, um fato de profundas repercussões interiores. E a morte de meu Pai, como seria de esperar, multiplicou esses meus sentimentos diante do alto mistério, enchendo-me de desencanto e angústia.”

É este episódio da morte do seu pai que finda emprestando ao livro uma atmosfera profundamente melancólica, marcada por um solene e meditativo cismar sobre a vida e os seus inapreensíveis mistérios.

Os poemas presentes em *Dor* parecem nuclearizar-se pelo sentimento de impotência que se abate sobre a subjetividade humana em sua ingente e, por vezes, vã luta contra a materialidade concreta do humano. Se, como afirma Félix Araújo, metapoeticamente, “o artista sorve o fel da suprema Quimera / Ser maior que o mundo e grande quanto Deus”, “a eterna primavera” – inutilmente buscada – finda convertendo-se na tortura maior, que é o descompasso verificado entre o sonho cultivado e a impossibilidade efetiva de convertê-lo em realidade.

Vemos, também, nessa atmosfera angustiada que perpassa as páginas de *Dor*, a cartografia de uma interioridade clivada entre o solar e o noturno, os apelos à transcendência e o aprisionamento à contingência; a fé, amortecida, e o ceticismo, triunfante; como se, corolário da congênita dor dos homens, o coração do poeta não lograsse transcender a condição terrível de um “país medonho”, em cujo interior Deus e o inferno contracenassem, protagonizando a ontológica fissura do ser, tão emblematizada pelo poeta no terceto final de “Meu Coração”:

*Maldito coração, que Deus te açoite!
De que valem os sóis que tenho n'alma
Se existe em mim a maldição da Noite?*

Pessimista e emparedada pelas interdições inúmeras que insistem em coartar as utopias libertárias que o homem carrega dentro de si, a poética de Félix Araújo, presentificada em *Dor*, reveste-se de nítida tonalidade elegíaca, com

destaque para o belo e comovente poema *O viajante*, no qual Félix Araújo tematiza, numa espécie de neo-romantismo à Antonio Nobre, poeta simbolista português, a morte do seu pai, que funda e perene impressão, convém reiterar, lhe deixou no espírito.

Da soturnidade poética de *Dor*, chegamos ao caráter reflexivo da prosa de *Fraternidade*, atravessada densamente por uma acendrada consciência social acerca de seminais temáticas da vida, tais como o amor, a felicidade, o trabalho, o tempo e, por fim, a liberdade, verdadeiro *leitmotiv* do caleidoscópico pensamento de Félix Araújo.

Que mais dizer sobre tão significativo legado humano-estético? Poderíamos discorrer sobre o reencontro com a esperança, tessitura basilar do lirismo de *Folhas Soltas*; poderíamos percorrer os recortes afetivos e a firmeza ideológica presentes em sua comovente epistolografia, tocantes documentos de um assumido e consciente exílio. Exílio de quem, unindo ao pensamento o gesto arrojado da mais efetiva forma de participação pública, emigrou da província para lutar, em geografias do velho mundo, contra os terrores do nazifascismo e sua permanente ameaça contra a paz e a estabilidade mundial.

Poderíamos navegar por outras ondas sígnicas da plural epistemologia emergida da obra imorredoura de Félix Araújo. Mostrar, por exemplo, como, em sua poética, as funções mais representativas da literatura se cruzam e entrecruzam, instaurando múltiplas possibilidades de sentido.

Preferimos, contudo, concluir, citando expoências da crítica literária. Para Tzvetan Todorov, “Quando um crítico tiver dito tudo sobre um texto, não terá ainda dito nada, porque a própria definição de literatura implica que não se possa falar dela”. Já o crítico literário brasileiro Luiz Costa Lima afirma que

“Do mesmo modo que um corpo não se esgota por sua descrição anatômica é privilégio das obras-mestras trazer do homem e do mundo sua inesgotabilidade. Uma abordagem crítica não passa de uma via, mais positiva ou menos satisfatória, riscada sobre o corpo em análise. Abordagem fiel semelhante à de um músico perante a partitura? Não, antes encontro de infi-

delidades. A obrigação do crítico está toda em não converter sua infidelidade, quero dizer a leitura possível que extrai e escolhe entre outras tantas, em arbitrariedade.”

Se contrariamos Todorov, querendo dizer o indizível, que ao menos tenhamos assimilado de forma minimamente satisfatória a arguta recomendação de Luiz Costa Lima, não sendo tão infiéis e arbitrários na recriação que intentamos promover da poética de Félix Araújo. Poética que, sendo grande literatura, como diria Ezra Pound, “é novidade que permanece novidade”.

~ Referências Bibliográficas

1. ARAÚJO, Félix. *Obra Poética*. Edições da Comissão Cultural do Centenário. Prefeitura Municipal de Campina Grande.
2. CAMPOS, Paulo Mendes. *O Anjo Bêbado*. Rio de Janeiro: Editora Sabiá Ltda, 1969.
3. LIMA, Luiz Costa. *Lira e Antilira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
4. MENEZES, José Rafael de. (org.) Waldemar Lopes e os outros. Recife, 1997
5. NOVAES, Aduino (org.) *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
6. PORTELLA, Eduardo. Rio de Janeiro: *Tempo Brasileiro*. Leituras Plurais, 150
7. POUND, Ezra. *ABC da Literatura*. Cultrix: São Paulo, 1990
8. REALE, Miguel. *Variações 2*. Academia Brasileira de Letras. RJ-2003
9. TODOROV, Tzvetan. *Introdução à Literatura Fantástica*. Lisboa-Portugal: Moraes editores, 1977.

Leitura e a anomia pós-moderna

AFFONSO ROMANO DE SANT'ANNA

Vou entrelaçar aqui idéias expostas em alguns textos anteriores, reforçando assim uma tendência minha de pensar sistemicamente certos temas, ao mesmo tempo em que somarei alguns elementos numa leitura progressiva de nosso contexto.

Em 1972, portanto, na pré-história dos computadores, escrevi um ensaio intitulado “A antiga relação entre a escrita e a ideologia”¹, no qual desenvolvia basicamente as seguintes idéias: a história da escrita pode ser compreendida em três instantes:

- a criação da escrita primeira ou escrita-sujeito,
- a escrita segunda ou escrita-objeto
- e o desenvolvimento de uma escrita terceira, que ultrapassa o sistema de letras do alfabeto.

Affonso Romano de Sant'Anna (Belo Horizonte MG, 1937) formou-se bacharel em Letras Neolatinas na Faculdade de Filosofia da UFMG, em 1962. Em 1964, tornou-se doutor em Literatura Brasileira pela UFMG. É escritor, crítico literário, poeta, professor universitário.

¹“A antiga relação entre a escrita e a ideologia”, in *Por um Novo Conceito de Literatura Brasileira*. Ed. Eldorado, Rio, 1977.

A escrita primeira, ou escrita-sujeito, é a escrita sagrada, onde o Criador traz diretamente seu texto aos homens através da voz de um profeta, de um poeta ou até mesmo através do suporte de uma pedra onde se inscreve a verdade. Seja na Bíblia ou no Corão, a escrita é a reprodução de um arquétipo celeste. Na cultura islâmica o Corão é “a reprodução do arquétipo celeste”. Na Bíblia judaica e cristã é o dedo de Deus que escreve na parede do palácio as palavras – Mene, Mene, Tekel, Urfazin, que predizem o fim do império de Baltazar. Igualmente, na tradição popular, certas palavras confundem-se com as coisas e com a própria verdade. Assim, ao dizer “Abre-te Sésamo”, Ali Babá tem acesso à riqueza dentro da gruta. A palavra abre a porta de um tesouro. Ter essa palavra é ter a verdade e o poder. E essa verdade escrita vem do alto, é revelação a escolhidos. É uma escrita-sujeito, porque pronunciar a palavra é mover o mundo. A palavra é a própria coisa da qual ela fala. Por isto, torna-se ela intocável e cercada de cuidados especiais. Não só o livro sagrado é guardado no Templo, mas a própria palavra Deus é escrita a ouro ou com estilete especial ou proibida de ser pronunciada.

A escrita segunda, ou escrita-objeto, é já uma escrita profana. A diferença entre a escrita-sujeito e a escrita-objeto assemelha-se à distância entre o pergaminho e o livro impresso por Gutemberg, entre as tabuinhas de barro da biblioteca na Mesopotâmia há 23 séculos e um *pocket-book*, entre a edição *princeps* e uma publicação em folhetim. Enquanto a escrita primeira trazida por Moisés nas tábuas da lei verticaliza a relação entre o indivíduo e o sobrenatural, a escrita segunda horizontaliza, instrumentaliza e organiza humanamente a comunidade. A escrita-sujeito é poética, a escrita-objeto é prosaica. Ou, se quisermos, a escrita primeira é metafórica e a escrita segunda é metonímica.

Já a escrita terceira, dizia eu naquele ensaio – quando não sonhávamos com a Internet –, “ultrapassa o sistema de letras do alfabeto. É o texto além do livro e da letra, uma certa escrita tecnológica desenvolvida nos computadores e laboratórios, signos e sinais novos configuradores de um novo saber para uma idade planetária”.



Quando fui convidado a falar neste seminário, comecei a vasculhar em mim mesmo o que poderia hoje dizer que acrescentasse algo às minhas considerações sobre o tema da escrita e/ou leitura.

A Internet potencializou fantasticamente o que chamei de escrita-terceira. Ocorreu uma descentralização total da informação. Já não é mais verticalizante como o era ao tempo de Assurbanipal, quando o imperador assírio, sendo o rei divino, era seu próprio escriba e comandava o poder religioso, militar e civil. A escrita já não é mais horizontalizante apenas como ocorreu com a irradiação do universo de Gutemberg, que possibilitou a disseminação do livro, popularizando a palavra divina (e profana), até o ponto em que qualquer pregador semiletrado do subúrbio pudesse fundar sua seita no quintal de sua casa.

Hoje o sistema em que vivemos superou até mesmo um outro modelo que lembra o da irradiação de uma estrela. Nesse modelo autoritário e cêntrico, a luz (ou a informação) emana de uma fonte e deve iluminar a periferia. Hoje o saber provém de vários centros, de fontes múltiplas simultaneamente. A informação é polifônica, polivalente, dialógica. É como se de diversas montanhas diversos Moisés estivessem descendo com diversas tábuas da lei, contraditórias entre si, exibindo-as às doze mil tribos perdidas e atônitas no deserto diante de tanto maná de informações.

O que estou começando a insinuar é que nossa cultura conheceu a passagem do regime de escassez ao regime de abundância ou, talvez, de excesso de informação. Diz-se que ao tempo de Gutemberg havia em toda Europa cerca de nove mil letrados. Outrora havia pouco que ler. Os textos estavam em rolos e tabuinhas, ou, como em *O Nome da Rosa*, de Umberto Eco, só os privilegiados podiam manusear certos incunábulo. O texto-sujeito era inseparável da voz do seu emissor, o profeta. Também inseparável o era da voz do filósofo. Sócrates não escrevia, falava. A verdade era indissociável do sujeito. Claro, Platão cometeu o sacrilégio de exercitar a escrita-objeto, redigiu, como os evangelistas, os textos do mestre. De lá para cá, progressivamente, caminhamos para a proliferação de textos e significados até chegarmos à superabundância textual e eletrônica de nossos dias.

Nas três últimas décadas surgiram livros estudando especificamente a questão da leitura. Em algumas universidades como a PUC/RJ e a UERJ surgiram até Cadeiras voltadas para este assunto, sobretudo graças ao trabalho da professora Eliana Yunes. Teses sobre o assunto se multiplicam. Em 1991 na Fundação Biblioteca Nacional criamos o Proler como instrumento de desescolarização da leitura, colocando a leitura como uma questão não apenas de gosto, mas como algo social e economicamente relevante. Em meio aos livros recentes, seria, no entanto, interessante apontar duas obras mais antigas que repõem algumas questões que devem ser reconsideradas. Uma é de Sartre – autor que marcou toda uma geração e hoje caiu no esquecimento. Chama-se *Que É Literatura?* (1947), onde ele assinala que:

“Durante muito tempo, quem escrevia escrevia para um público real e não para um público virtual. Durante muitos anos os escritores escreviam para um público específico reunido em torno do poder, da nobreza e da igreja. ‘Alimentados por el rey, leídos por un grupo selecto, se cuidam unicamente de satisfacer la demanda de este publico restringido. Tienen una conciencia tan tranquila o casi tan tranquila como nos clérigos del siglo XII: es imposible en esta época mencionar el público virtual distinto del público real².’”

Já no princípio de nosso século os escritores começaram a escrever contra o público – e está aí toda a arte moderna contestadora, destruidora, reinventora de seu próprio público. A relação livro-leitor foi se tornando bem mais complexa.

Não deixa de ser instigante, e ao mesmo tempo sintomático, que em 1940 tenha surgido um livro nos Estados Unidos, logo transformado ironicamente em *best-seller*, intitulado *Como Ler um Livro*³. Dirigido até a universitários os autores advertem que Montaigne fala de uma “ignorância abecedária que antecede o conhecimento, e de uma ignorância doutoral que vem depois dele”⁴.

² Sartre, Jean-Paul. *Qué es Literatura?*. Ed. Losada, Buenos Aires, Argentina, 1947.

³ No Brasil há uma recente tradução: *Como Ler um Livro*. Mortimer J. Adler e Charles van Doren. Univercidade/ Ed. Francisco Alves, Rio, 2000.

⁴ Idem. *ibidem*, p. 30

Moro do lado de uma favela num dos bairros mais requintados do país. A favela Pavão/Pavãozinho começa em Ipanema e sobe a montanha derramando-se na direção de Copacabana. Ou vice-versa. Passo pela sua frente várias vezes ao dia. Várias vezes já vi inscritas em seus muros (até na lixeira que acumula tudo o que do alto do morro vem) frases encimando uma bandeira nacional pintada no muro: “Queremos paz”, “Rio eu te amo”, “Brasil, campeão do mundo”.

Desse morro descem trabalhadores, traficantes, donas-de-casa, além das crianças uniformizadas em direção às escolas do bairro. De crioulas e mulatas sestrosas a rapazes com tênis e jeans da moda, ali há de tudo. No bar da esquina, em frente, sobretudo nas sextas e sábados reúnem-se bêbados, malandros e trabalhadores comendo churrasquinho na calçada, falando de futebol ou narrando cenas de agressão. Volta e meia há tiroteios. À noite as balas são luminosas. Há bailes *funk* madrugada adentro. As casas que há 30 anos, ao tempo em que escrevi aquele ensaio, eram de madeira e papelão, hoje são de alvenaria e têm vários andares. Urbanizaram um pouco a comunidade. Eles, que pareciam estar ali provisoriamente, criaram raízes de concreto armado.

Quando um favelado desce desse morro ou quando eu saio de minha casa, ocorre um fenômeno curioso em relação à escrita e à informação. As lojas, as ruas, as vitrinas estão cheias de palavras que não pertencem ao português. A maioria é em inglês mesmo. Mas muitas não pertencem nem ao inglês nem ao português. São siglas, nomes inventados para marcas, produtos e lojas. Como já me referi num poema⁵, são grafitos do cotidiano. Hieroglifos na pirâmide capitalista. Sinais na superfície de nossa rupestre e eletrônica cultura. (Poder-se-ia, é claro, dizer que esse confuso fenômeno de leitura ocorre dentro das próprias casas, já na televisão, já nas embalagens dos produtos adquiridos).

Vivemos num espaço de logomarcas, de hieroglifos escritos por um faraó, cuja face não conhecemos. Isto nos conduz a uma questão, ao chamado “mundo das letras”, não ao ambiente literário especificamente, mas ao contexto

⁵ “Grafitos brasileiros” in *A Catedral de Colônia*. Ed.Rocco, Rio, 1984.

onde interagimos com a escrita e com a leitura. E isto recai em outro tópico de que tratei em outras oportunidades, o fato de que em nossa sociedade hoje, além do analfabetismo convencional, além do analfabetismo funcional, há o analfabetismo tecnológico, que faz com que estejamos reaprendendo diariamente novas linguagens.

Sobre o analfabetismo propriamente dito sabemos que hoje eles são algo em torno de 15 a 20% em nosso país, ou seja, uns 30 milhões de pessoas, quer dizer, umas seis Dinamarcas, três Portugais. Um produto realmente bruto relevante na deseconomia do país.

Sobre o analfabetismo funcional é que há alguma coisa nova a dizer. Em alguns países o fenômeno é chamado de “iletrismo”, um manuseio precário das letras e do alfabeto. A rigor o nome “analfabeto funcional” quer dizer o sujeito que funciona, mas funciona mal socialmente falando, porque é pouco alfabetizado. Há estatísticas feitas por órgãos ligados à indústria e ao comércio, dentro e fora do país, mostrando a correlação entre falta de leitura e acidentes de trabalho, má leitura e má saúde, e assim por diante.

Resta esclarecer o que estou chamando de analfabetismo tecnológico. A rigor já fiz até uma crônica irônica sobre isto. Pois antigamente todos nós, por exemplo, sabíamos o que era uma torneira. Chegávamos perto dela e sabíamos que, se a fizéssemos girar, sairia água. Hoje isto não ocorre mais. Diante de uma torneira, tudo é possível, até mesmo sair água, mas às vezes não sai nada, senão nosso espanto. Tentamos girar a torneira, mas a água sai antes que a toquemos. Queremos água quente, sai água fria. Chegamos de viagem exaustos, loucos por um banho, e porque, humilhadíssimos, não conseguimos acionar uma simples torneira temos até mesmo que chamar ajuda de alguém na portaria.

Isto, para não falar em tantos outros exemplos, já transformados em piadas, como aquela que adverte: se quisermos saber se numa casa tem adolescentes, basta olhar o visor de um videocassete. Se estiver marcando a hora certa, há adolescentes por ali, se o horário estiver equivocado, ali só há adultos.

Se ao tempo da escrita primeira – escrita divina, verticalizante, havia uma escassez de textos e informação, se ao tempo da escrita segunda, escrita bur-

guesa e mercantilista, havia já uma expansão horizontalizante e folhetinesca do saber, agora, ao tempo dessa escrita terceira, ingressamos, pela superabundância de informação, no bizarro universo da anomia escrita. Anomia que caracteriza, mais que nunca, aquilo que alguns teóricos amam chamar de pós-modernidade.

Digo “anomia” e vou ao dicionário me entender: “1. ausência de lei ou regras; anarquia. 2. Estado da sociedade no qual os padrões informativos de conduta e crença têm enfraquecido ou desaparecido. 3. Condição semelhante em um indivíduo, comumente caracterizada por desorientação pessoal, ansiedade e isolamento social. 4. Med. perda da faculdade de dar nome aos objetos ou coisas ou de reconhecer e lembrar seus nomes.”

Daqui se poderia partir para muitas considerações. Por exemplo, a questão do próprio cânone gramatical e lingüístico. É sintomático que os jornais tenham hoje seções que ensinam e discutem os abusivos erros de linguagem cometidos pelos próprios veículos de comunicação. Pode-se também falar do cânone artístico ou especificamente literário como o fez Harold Bloom⁶ ao exigir um retorno aos clássicos em reação à entropia gerada, nas universidades americanas, pelos chamados “estudos culturais”. Também se poderia desenvolver antropologicamente esse tópico enfocando a perda de identidade cultural de que são vítimas os indivíduos que migram do campo para a cidade e ficam perambulando pelos subúrbios e favelas, os quais, tendo aberto mão de um saber e de uma cultura, nem sempre adquirem algo em seu lugar.



No conhecido relatório Nora & Minc, produzido quando a França, há quase 30 anos, queria estabelecer uma política de telemática levando em conta o futuro, que já se fazia presente, estava escrito: “A informática vai também subverter uma cultura individual constituída principalmente de acumulação de

⁶ Bloom, Harold. *O Cânone Ocidental*. Ed. Objetiva. Rio, 1995.

conhecimentos exatos. Doravante a discriminação residirá menos no estoque de saberes e mais na habilidade em procurar e utilizar. Os conceitos terão preferência sobre os fatos, as interações sobre as recitações.”⁷

É profético esse texto escrito muito antes da Internet. Hoje nossa memória não está jesuítica e decoradamente na nossa cabeça (apenas). Está num banco de dados em cidades em outros países. Podemos acessar *sites*, manipular as informações mais diversas, instantaneamente.

Dir-se-ia, diante do triunfalismo da eletrônica e da informática, que alcançamos a porta do paraíso. No entanto... no entanto, reconsideremos. Moro ao lado de uma favela, onde o nível de desinformação é assustador. Não apenas nessa favela. Não apenas nas favelas. Nos outros bairros de classe média e classe média alta, não se pode confundir a quantidade de aparelhos eletrônicos com a quantidade ou qualidade de informação. Aqueles que vão constantemente a Miami ou que fazem o trajeto Elizabeth Arden (Nova York, Paris, Londres) não voltam necessariamente acrescidos de conhecimentos, embora regressem trazendo roupas, sapatos, caixas de bebidas e eletrodomésticos.

Minha empregada, que mora no subúrbio, tem todos os aparelhos eletrodomésticos típicos. Há dias, comunicou-me que ela e seu marido haviam visto uma entrevista minha na televisão a cabo, da qual é assinante, e eu não.

Ela sabe escrever. Tem uma letra até bonita. Mas é desnorteante a falta de informação em que vive. Ela, sua irmã, suas amigas. E isto é um modelo reduzido de uma vasta camada da população. Pois essa falta de informação não diz respeito apenas a saber objetivamente quem é Clinton ou qualquer outro político que aparece todos os dias na tevê ou a cena política de que fala o “Jornal Nacional”. A rigor, observe-se que muitas pessoas “desligam” sua atenção no horário das notícias, voltando a “religá-la” na novela. Ou, se uma notícia interessa, será sempre a respeito de uma tragédia nacional ou internacional ante a qual é impossível permanecer impassível. Não há nessas pessoas nenhum mecanismo que processe as informações.

⁷ “A telemática e a democracia nos trópicos”, in *Política e Paixão*. Ed.Rocco, 1994, Rio.

De igual maneira não se interessam pelos programas culturais das “tevé cultura”, nem pelos programas artísticos de várias tevês a cabo. A preferência vai sempre para os programas tipo “horror show”, espécie de “mundo-cão” ou de “a vida como ela é”. É como se fossem impermeáveis a certo tipo de informação estética mais sofisticada ou mesmo informações científicas úteis para o dia-a-dia.

Minha mulher volta e meia volta atônita, pasma, impactada com as conversas que tem com nossas servidoras. E isto não diz respeito à ignorância apenas em relação à dieta, aproveitamento de folhas e legumes, mas diz respeito ao desconhecimento que têm até da maneira como devem usar a pílula anticoncepcional. Pensavam essas empregadas que a pílula só deve ser tomada quando se tem relação sexual. Outras tomavam a mesma pílula de uma prima ou colega, sem irem ao médico. Outras dividem uma pílula em duas, porque não têm dinheiro para comprar uma cartela inteira. E o desconhecimento do funcionamento do seu corpo é espantoso, embora a televisão e os fascículos em banca estejam estampando toda sorte de informação a respeito.

E o mais intrigante. Minha mulher detetou em algumas delas uma síndrome perturbadora: o regozijo do não saber, o júbilo da ignorância. Pois apesar das explicações didáticas sobre esses e outros assuntos, volta e meia aparecem com uma frase onde revelam que vão manter seu comportamento e suas idéias antigas, porque desconfiam do “saber” dos letrados. É como se a simpatia, a magia e a tradição fossem mais fortes que qualquer outro tipo de informação. Ou seja, verifica-se aquele quadro a que me referi anteriormente: vieram de uma cultura rural, não trouxeram para a cidade esse conhecimento e não assimilaram o saber disponível. O mundo, enquanto texto, não lhes interessa. Vivem numa situação pré-texto e desviante do texto.

Então, estamos numa situação paradoxal. Num universo de abundância de informação, as pessoas não querem ser informadas. Pois informar-se implica mudar comportamento, e mudar comportamento não é uma operação cômoda, é como crescer, operação árdua, milimétrica, dificultosa.

Aqui se confirma aquilo que MacLuhan dizia de certa lagarta que olhando uma esplendorosa borboleta exclama: – “Eu jamais me transformarei num monstro daqueles.”



Lembro-me de já ter lido e também de já ter escrito sobre o fato de que o índio na floresta sabe ler os signos de seu mundo e nós na cidade nos achamos totalmente perdidos como se estivéssemos numa floresta de indecifráveis signos. Para dirimir o pânico, lemos os jornais – vitrina, espelho, e nem por isto nos entendemos melhor.

A relação harmônica entre o primitivo e o meio foi rompida pela arrogância civilizatória. Sem querer pregar o regresso a uma mítica *edad dorada*, importa lembrar com Levi-Strauss, em *Tristes Trópicos*, que as sociedades não letradas também têm cultura e as sociedades da escrita não são necessariamente ética e humanamente melhores que as dos analfabetos. É preciso ousar dizer isto, sobretudo nós que batalhamos pela leitura. Até estrategicamente, dialeticamente e por humildade é bom questionar pela raiz o nosso saber para talvez reafirmá-lo mais correta e abertamente.

Com isto estou querendo ressaltar que uma das missões mais árduas daquelas que trabalham com e pela leitura é enfrentar a questão da banalidade da informação na sociedade eletrônica. Sim, banalidade, termo que aguça ainda mais o sentido de superabundância a que me referi anteriormente, pois a idéia de “abundância” pode induzir a um júbilo interpretativo.

Há um refrão que sempre digo e uma vez mais o repito, e que se encaixa no que estou configurando: quando falamos de leitura, não estamos falando de leitura, mas, sim, de leitura. O trabalho por uma sociedade leitora consiste antes de tudo em desautomatizar a noção trivial de leitura, porque o que se comprova na sociedade do excesso de letras e sinais é que os que lêem não lêem.

Daí a necessidade de retomar o conceito de anomia a que me referi anteriormente. Já que a palavra não vem mais da boca de Deus diretamente e que é ne-

cessário interpretá-la, decodificá-la, torna-se, mais do que nunca, urgente desenvolver estratégias de leitura do mundo.

As vitrinas estão cheias de palavras. As ruas estão cheias de palavras. A televisão, a Internet, o cinema estão cheios de palavras. As bancas de jornal, as falas dos políticos e artistas jorram palavras. As camisetas estão cheia de palavras. Muitas delas em inglês, e o suburbano brasileiro ou marroquino que as veste não tem a menor idéia do que está expondo sobre o seu corpo. Transporta um discurso alheio, estampa irrefletidamente a logomarca de outro, é um portador de significados, apenas um suporte de informação.

Isto tudo contrasta com outros depoimentos que emergem, sobretudo, dos indivíduos mais oprimidos em nossa sociedade letrada. Depoimento de marginais, como o de certa Andriara Leite ao *Jornal do Brasil* (4.6.2000), é tocante. É uma coisa forte isto que essa moça diz: que no meio de sua desgraça como menina de rua, ladra, drogada, exposta à prostituição, depois de já ter nascido numa penitenciária – já que sua mãe estava encarcerada –, no meio disto, falando sobre sua vida e anseios, lembra-se de uma certa D. Vera que lia histórias para ela e seu grupo no Largo do Machado e diz: “eu tinha vontade de ter meu próprio livro. Eu tinha um sonho de ser poeta”.

Ter vontade de ter um livro, um livro que seja, e seu. Em seu desamparo ela está dizendo o mesmo que pensadores como Heidegger também dizem: poeta é aquele que dá sentido às coisas, que provoca a reunião relevante e revelante do sentido, que organiza em linguagem o caos da sua *polis*.

Possivelmente é disto que necessita a sociedade da anomia letrada e da entropia informacional, de que seja mobilizado, potencializado o genoma poético dos indivíduos para que se tornem sujeitos num universo de objetos passivos.

Mexo nos meus arquivos sobre leitura e dou com uma entrevista de um menor criminoso, M.P.C.C., de 16 anos. Uma entrevista ao então Secretário de Segurança do Estado Rio, Hélio Luz, na *Revista de Domingo (JB)* de uns três anos atrás. No meio de dramas perturbadores, quando Hélio Luz pergunta ao menor interno: – “O que lhe faz falta?”, ele responde: “O estudo. Com ele eu con-

seguiria uma vida melhor. Pra ter isto preciso ter leitura. Eu leio muito pouco, soletro. Sei escrever também.”

Este e outros depoimentos que guardei revelam uma coisa patética: os marginais e pobres sabem que a leitura é um instrumento de resgate social. Que bom se os governantes tivessem igual convicção ou que então parassem de fazer aquilo que já qualifiquei de “discurso duplo”.⁸

No meio desses textos deparo-me com um, imaginem, de Gerard Depardieu. Em geral, não se sabe que o mais notável ator francês da atualidade foi um menino favelado. E o que ele fala sobre o papel da leitura no resgate de sua vida é significativo. No *La Nación* de Buenos Aires (20.II.1999) uma ilustrativa reportagem lembra o personagem Cyrano de Bergerac, que Depardieu encarnou, e que era um tipo que possuía as palavras mais maravilhosas, mas que não podia expressá-las à sua amada, atemorizado que ela o rejeitasse por ter aquele enorme nariz. Depardieu conta então que sofreu também uma impotência similar a do seu personagem: “Eu não tinha vocabulário e isto bloqueava todas as minhas emoções”, diz ele. “Mas tive a sorte de ler e depois de crer no que lia. Quando li pela primeira vez ‘Madame, eu a amo’, logo pude dizê-lo, me senti muito importante. É que sou um menino de favela, ainda que tenha nascido num país do Primeiro Mundo, porque em todos os lados há favelas. E que têm as favelas? O rap, o futebol e a tevê. Por sorte, o cinema me salvou da incomunicação, e os personagens históricos me deram uma carga cultural à qual nunca pude aceder porque não fui suficientemente à escola.”

A metáfora inscrita no personagem Cyrano de Bergerac é dupla. De um lado, Cyrano que possuía as palavras e as manjava com a habilidade de um espadachim apaixonado. De outro, o outro pretendente, que se servia das palavras e da voz de Cyrano para conquistar Roxana. Um caso de ventriloquismo e de esquizofrenia em relação à linguagem. A impotência e o disfarce.

⁸ Cf. meu artigo – “Das armadilhas do óbvio ao discurso duplo”. In *A Formação do Leitor*. Org. Jason Prado e Paulo Gondine. Petrobras/Argus. Rio, 1999.

Mas o dom de Cyrano é o mesmo almejado pela menina marginal a que me referi acima – o dom poético. E aqui não se trata da poesia enquanto o sagrado da primeira escrita, senão a linguagem que, por ser poeticamente reunificada, potencializa amorosamente a consciência humana e é capaz de vencer a anomia dos tempos atuais.

Enfim.

Interpretar.

Ler o mundo.

Reinventá-lo com a poesia possível.



Da Costa e Silva, em 1917.

Um trio de ouro simbolista

ASSIS BRASIL

*As águas do Parnaíba,
Rio abaixo, rio arriba,
Espalhem pelo sertão
E levem pelas quebradas,
Pelas várzeas e chapadas,
Teu canto de exaltação!*

Da Costa e Silva

Em palestras, em livros, em conversa de pé-de-ouvido, temos chamado a atenção para o desempenho cultural do Piauí, não tanto no passado, mas no seu presente: o Piauí é um dos poucos Estados brasileiros que se empenham em criar cultura, principalmente esta que nos interessa de perto, ou seja, a literária. A Fundação Cultural Mons. Chaves, o Conselho Estadual de Cultura, a Academia Piauiense

Francisco de Assis Almeida Brasil, escritor piauiense, foi ganhador do Prêmio Machado de Assis 2004 conferido pela ABL. Foi também ganhador por duas vezes do Prêmio Nacional Walmap. É autor de uma obra vasta que inclui ficção, ensaísmo, crítica e história literária, e literatura infanto-juvenil. No plano ensaístico destacam-se os seus livros sobre Graciliano Ramos, Carlos Drummond de Andrade, Adonias Filho, João Cabral de Melo Neto, Manuel Bandeira, entre outros.

de Letras são instituições com uma rica atividade cultural, através das revistas e livros que lançam, e de eventos importantes ao convidarem escritores de outros Estados para ciclos de conferências e palestras. Saliente-se o que está acontecendo nos últimos anos com a apresentação do Salão do Livro do Piauí, que nada fica a dever em relação às Bienais do Livro do Rio de Janeiro e São Paulo.

Assim é que temos no quadro criativo dos escritores piauienses – podemos dizer – um amplo paralelo com os demais escritores brasileiros, que muito bem representam a sua província. Brasil/Piauí, a poesia em destaque, ao lado desenvolvimentista da cultura – e também podemos fazer um paralelo historiográfico Piauí/Brasil, em nossa função de criar poesia. Pois ao criar poesia, o poeta está criando um vínculo ideal com toda a cultura de um povo ou de um país ou de um Estado, ao ser ele, poeta, o mediador entre o mundo da imaginação e das idéias e o mundo da realidade.

A poesia do Piauí é o esquadro e o retrato do seu território, um dos centros pendulares de todo o país: isto porque, curiosamente, o que disseram os críticos e historiadores sobre a literatura brasileira servem de balizamento e *temperatura* para a literatura piauiense e principalmente a sua poesia, pois no alvorecer de toda literatura é a poesia o emblema, o marco inicial, a primícia.

Assim é que as manifestações iniciais da poesia piauiense tiveram nomes tutelares. Cabe mencionar, inicialmente, Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, parnaibano, estudante em Coimbra (1787-1852). Seu primeiro livro, *Poemas*, é de 1808. Alguns historiadores se referem a ele como tendo escrito a primeira letra do Hino Nacional do Brasil. Mas o marco inicial da poesia piauiense acolheria ainda os nomes de J. Coriolano (poeta popular), Hermínio Castelo Branco, Teodoro de Carvalho, com livros publicados, respectivamente, em 1870, 1884 e 1887. Um pouco tardiamente acrescentaríamos Hermes Vieira (1911), que conhecemos em Teresina e faria parte da nossa antologia *A Poesia Piauiense no Século XX*.

Mas um dos destaques entre os nossos poetas do começo do século XX foi Félix Pacheco (1879-1935), situado pelos historiadores, como Andrade Muricy, na segunda geração de simbolistas. Mas não se trata só disso: ele teve atividade

exponencial na área da política, de âmbito nacional. Estudante no Rio de Janeiro, cultor da poesia, leitor de Baudelaire e seu tradutor, acaba entrando para a política, na qual teve destacada atividade: deputado federal, senador, ministro das Relações Exteriores no governo Artur Bernardes, diretor-proprietário do *Jornal do Commercio*. Em meio a tanta atividade, numa vida relativamente curta, Félix Pacheco lança seus livros de poesia, *Via Crucis* (1900), *Mors Amor* (1904), *Luar de Amor* (1906), *Poesias* (1914), *Marta* (1917), *No Limiar do Outono* (1918). A crédito de seu talento poético, Félix Pacheco é o primeiro piauiense a entrar para a Academia Brasileira de Letras, da qual foi presidente.

O crítico e ensaísta Tristão de Ataíde assim se manifesta, num reconhecimento aos méritos poéticos de Félix Pacheco:

“O livro simbolista, aristocrático, filosofante ou mesmo filosófico, e cheio de altas evocações e surtos de ambições, era a verdadeira messe do seu engenho opulento e intrincado.”

E Tristão de Ataíde cita como exemplo da dicção poética de Félix Pacheco este soneto, de sintaxe inventiva e expressão melancólica e mesmo funérea:

Símbolo dos Símbolos

Caveira! Tu conténs a Síntese do Mundo!
Trazes dentro de ti o impalpável Mistério.
És o louro mudado em tinborão funéreo,
És o Azul transformado em báratro profundo!

Destronados Satãs de olbar meditabundo,
Andam dentro de ti como num cemitério,
E os Faustos doutorais, de aspecto mudo e sério,
Descem do informe Caos ao tenebroso fundo.

*Cabalístico signo exótico do Nada,
Sofres, e a tua dor, Caveira, é sufocada,
Gemes, e o teu gemido esvai-se em Ironia...*

*Resta-te agora só, depois de tantas glórias
A lembrança cruel das passadas vitórias
E essa amarga expressão de funda nostalgia.*

Estamos nos começos do século XX, Félix Pacheco ostenta a musicalidade, a singularidade lingüística e o exemplo de erudição, e a imaginação sombria que também caracteriza seus companheiros de geração, como Cruz e Sousa, Augusto dos Anjos e seu conterrâneo Da Costa e Silva, outro valor piauiense que também ultrapassa as fronteiras de seu Estado natal.

O poeta amarantino Da Costa e Silva (1885-1950) viveu num período de transição estética e criou uma poesia rica, tecnicamente multifária, formalmente inventiva. O crítico Fausto Cunha situa os seus lados marcantes:

“O poeta de *Sangue* deu-nos uma obra forte e vívida, em que se conciliaram as exigências de uma aristocracia estética e as impregnações de uma sensibilidade profundamente popular.”

E acrescentou Fausto Cunha com certo tiro no alvo: “Talvez seja ele o poeta angular das três correntes, porque assimilou o Modernismo na sua última fase.” Parnasianismo e Simbolismo são as outras correntes, daí a riqueza formal de seus versos. O amplo domínio técnico do verso o aproxima do Parnasianismo, e as formas mais livres o convizinham tanto com o Simbolismo e ainda com o Modernismo.

Cumpram também salientar, em relação à filiação estética de Da Costa e Silva, que a melhor crítica brasileira o aproximou também do poeta Camões e da poesia clássica de temática mitológica.

É do *saber* estético que as manifestações poéticas passam pela mitologia (deuses), pelos heróis (impregnações míticas regionais) e pela dimensão propriamente humanística. Assim é que Da Costa e Silva amplia um espectro poético que

poucos poetas atingem. É dessa riqueza poética que saem ainda de seus versos ressonâncias de Baudelaire, Verlaine, Poe, Mallarmé, Antônio Nobre, Cesário Verde, Antero de Quental e Cruz e Sousa. O poeta catarinense, como sabemos, influenciou poderosamente os seus companheiros de geração, daí que alguns críticos acham que ele foi o único verdadeiro simbolista do Brasil... O destaque exemplar da poesia de Da Costa e Silva é o soneto que todo piauiense que se preza conhece, e que começa com “Saudade! Olhar de minha mãe rezando...” Aí temos o seu poema exemplar, com a forma clássica em mistura com o Simbolismo e ainda uma colaboração regional do Modernismo:

Saudade

*Saudade! Olhar de minha mãe rezando!
E o pranto lento deslizando em fio...
Saudade! Amor da minha terra... O rio
Cantigas de águas claras soluçando.*

*Noites de junho... O caboré com frio,
Ao luar, sobre o arvoredado, piando, piando...
E, ao vento, as folhas lívidas cantando
A saudade imortal de um sol de estio.*

*Saudade! Asa de dor do Pensamento!
Gemidos vãos de canaviais ao vento...
As mortalhas de névoa sobre a serra...*

*Saudade! O Parnaíba — velho monge
As barbas brancas alongando... E, ao longe,
O mugido dos bois da minha terra.*

J. Carlos de Santana, manifestando-se em relação à posição estética de Da Costa e Silva, faz uma síntese bastante apropriada:

“Do Parnasianismo tirou alguns acordes de sua lira. Depois, verificando que a forma demasiadamente caprichada aprisionava a inspiração, a um tanto que comprometia a sensibilidade dos versos, fugiu. Vibrou o Simbolismo e achou que a fuga não era necessariamente o bom, o ótimo, para quem desejava cantar as coisas que via, descrever as que notava, dissertar sobre as que sentia. Voltou-se para um realismo/naturalismo. Mas um realismo filtrado, condicionado à sua sensibilidade de artista cuidadoso, como bem nos demonstra em *Zodíaco*.”

Para formar a trindade de ouro das primícias poéticas do Piauí, alteia-se Jonas da Silva (1880-1947), um dos mestres brasileiros do soneto.

Ele figura no portentoso e indispensável Movimento Simbolista Brasileiro, de Andrade Muricy, com seus companheiros de *trindade aurífera*, Félix Pacheco e Da Costa e Silva. Muricy havia de lembrar que “Jonas da Silva é brilhante, e de recursos variados de cor e de timbre. A influência de B. Lopes anterior ao *Val de Lírios* é evidente”. Seu livro de estréia, *Ânfora*, foi prefaciado por B. Lopes, numa espécie de carta-depoimento, com elogios ao jovem vate e “com a auto-reconhecida influência”. A libertação em relação à influência de seu mestre sucede no segundo livro de Jonas da Silva, *Ulanos*, onde desenvolve toda a mestria em compor versos alexandrinos. Em seu terceiro livro, *Czardas* (1923), homenageia o seu mestre, o hoje esquecido B. Lopes.

O mestre

*Bato um dia, cansado, à porta da oficina,
No Pont-Vieux, em Florença, uma tarde de Maio:
Cinzelandando, escandindo uma obra ou um ensaio
Vi B. Lopes, Celini e Bilac e Bartrina.*

*Havia em torno a unção da Capela Sistina.
Cruz e Sousa, orgulhoso, olhou-me de soslaio;*

*Vi Cervantes, cantor do berço de Pelayo,
Victor Hugo — o albatroz, o condor, a águia alpina.*

*Vi Dante, que desceu do inferno e a funda gorja
E os revés encontrou nas fogueiras terríveis...
Castro Alves temperava uma espada de forja.*

*Antero de Quental dialogava com a Glória...
Só B. Lopes me ouviu, dos deuses impassíveis,
— O mestre dos Brasões, de eviterna memória!*

Aí temos a forma do alexandrino, com as peripécias vocabulares e a nota erudita do Parnasianismo.

Embora abafado pela ditadura parnasiana, o Simbolismo ainda estava em plena atuação quando do irrompimento do Modernismo, e alguns dos poetas que se afirmaram durante esse movimento não escondem as suas raízes simbolistas. É o caso de *A Cinza das Horas* (1917), de Manuel Bandeira, e da poesia de Cecília Meireles e Ribeiro Couto, que viveram o período estético de uma transição a que Tristão de Ataíde deu o rótulo de pré-Modernismo. Cabe ainda sublinhar que a corrente simbolista — com as suas tintas noturnas, frêmito existencial e carga de interrogações e linguagem peregrina — volta a palpitar quando, esgotado o Modernismo ortodoxo, surge a geração de 45. Os jovens poetas renegam os pais e buscam o amparo dos avós. Isto é, re-descobrem o movimento poético do qual o catarinense Cruz e Sousa e o mineiro Alphonsus de Guimaraens são as figuras fundadoras, e no qual o Piauí está e estará sempre presente com o seu trio de ouro: Félix Pacheco, Da Costa e Silva e Jonas da Silva.